

PROVA DE CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS  
 PROCESSO SELETIVO – 2017

Você deverá escolher dentre todas as questões apenas QUATRO para responder. Cada questão terá valor de 2,5 (dois pontos e meio)

1. A charge é um gênero textual, em geral, fortemente ancorado na circunstância histórica em que é produzida. A utilização da linguagem marca a especificidade dessa circunstância e determina, em certa medida, um compromisso enunciativo entre o autor e seus leitores.

A charge a seguir, de autoria de Pelicano, está ligada ao momento histórico em que foi publicada (janeiro de 2015). Isso pode ser notado pelas inter-relações entre as falas dos personagens.

Tendo em vista esses aspectos, explique como se constroem os efeitos de sentido dessa charge, evidenciando a pertinência dos conceitos teóricos utilizados em sua resposta.



Fonte : <http://www.pelicanocartum.net/> acesso em: 21 de novembro de 2016

2. A teoria dos atos de fala, desenvolvida pelo filósofo J. L. Austin, propõe que todo proferimento linguístico envolve, a um só tempo, três atos, o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. Nas palavras de Pinto (p. 58, 2001, In Mussalim & Bentes, Introdução à linguística, vol 2), "atos locucionários [são] aqueles que dizem alguma coisa; atos ilocucionários [são] aqueles que refletem a posição do/a locutor/a em relação ao que ele/ela diz; e atos perlocucionários [são] aqueles que produzem efeitos e consequências sobre os/as alocutários/as, sobre o/a próprio/a locutor/a ou sobre outras pessoas". Considere o exemplo abaixo e sua análise em termos dos três atos de fala:

(duas pessoas conversando numa sala) Você poderia, por favor, abrir a janela?

- **locucionário:** o proferimento tem a forma de uma pergunta
- **ilocucionário:** o locutor faz um pedido ao interlocutor
- **perlocucionário:** espera-se que o alocutório abra a janela

Analise, nas mesmas linhas, os atos de fala abaixo:

- 1) (uma mãe diz para o filho) Seu quarto não vai se arrumar sozinho.
- 2) (um pedestre para o outro na rua) Você sabe que horas são?
- 3) (um pai para o filho) A TV não está muito alta, não?
- 4) (um médico para um paciente fumante) O cigarro é muito prejudicial à saúde.
- 5) (uma pessoa dizendo para outra que está olhando num mapa) Você está perdido?

3. Émile Benveniste (1995), no texto *O aparelho formal da enunciação*, afirma que “na enunciação, observam-se o próprio Ato, as situações em que o Ato se realiza; e os instrumentos de sua realização”. Considerando tais questões, discorra sobre o conceito de “enunciação” proposto por Benveniste.

4. No Curso de Linguística Geral, Saussure destaca como fundamental a análise dos elementos no interior do sistema da língua. Essa condição de que a língua é um sistema e que pode ser analisada intrinsecamente acarreta a noção de “autonomia da língua”. Explique a noção de “autonomia da língua”.

5. A partir de duas observações de Saussure (2002), pode-se inferir fontes que poderiam estar na raiz dos problemas ortográficos encontrados na produção de estudantes em fase de aquisição da escrita e na chamada "escrita popular", produzida por falantes de letramento incompleto ou insuficiente. A primeira é a distância da língua oral e da escrita ("a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel. Segue-se que a grafia acaba por não mais corresponder àquilo que deve representar." p. 37) e a segunda é o caráter arbitrário das convenções ortográficas ("a multiplicidade de signos para representar um mesmo som" p. 39).

As seis figuras mostradas aqui são exemplos de escrita popular. Identifique qual dos fatores mencionados acima predomina em cada uma das placas e justifique sua resposta para cada placa.



(Figura 1)



(Figura 2)



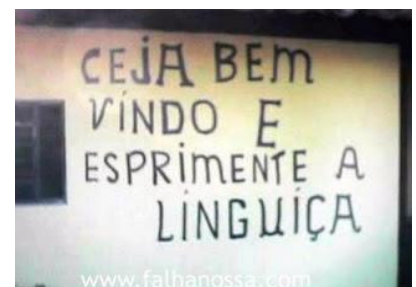
(Figura 3)



(Figura 4)



(Figura 5)



(Figura 6)

6. Segundo o dicionário eletrônico Houaiss (2009) “neologismo” pode ser definido como: “1 emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não; 2 atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua; 3 unidade léxica criada por esses processos.”

Tendo em conta as acepções acima de “neologismo”, explique o(s) processo(s) de formação de palavras envolvido(s) nos neologismos “pós-verdade” e “jabuti” e explique os efeitos de sentido obtidos por essas palavras em seus respectivos contextos. Para facilitar a sua análise, textos onde ocorrem os neologismos seguem abaixo.

### Texto I

#### **‘Pós-verdade’ é eleita a palavra do ano pelo dicionário Oxford**

O termo tem relação com o cenário político em que o apelo emocional ganha mais força na opinião pública do que fatos objetivos

Da redação, 16 nov 2016, 18h03

Em sua tradicional eleição da palavra do ano, o dicionário britânico Oxford anunciou o termo “pós-verdade” (post-truth) como o vencedor de 2016. A expressão ganhou espaço em análises políticas na imprensa de língua inglesa, durante um ano de reviravoltas inesperadas, como a saída do Reino Unido da União Europeia e a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos.

Pós-verdade é definida pelos editores do dicionário como um adjetivo relacionado a “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. Seu uso teria aumentado 2.000% em relação ao ano anterior, de acordo com jornal The Guardian, devido a discussões políticas. (...)

Segundo o presidente do dicionário Oxford, Casper Grathwohl, o emprego de “pós-verdade” cresceu para explicar as consequências das redes sociais como fonte de notícias, além da “crescente desconfiança mundial nos fatos oferecidos pelo establishment”. Em setembro, o termo ganhou a capa da revista americana The Economist, na reportagem “Arte das Mentiras: Política pós-verdade na era das mídias sociais”.

O novo termo votou a figurar na imprensa após a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, comparada ao Brexit britânico pelos discursos acalorados nas redes, baseados em informações nem sempre verdadeiras. “Obama fundou o Estado Islâmico. George Bush estava por trás do 11 de setembro. Bem-vindos à era pós-verdade”, escreveu a The Economist. “Entramos em uma era pós-verdade e não há como voltar atrás”, apontou o britânico The Independent, depois da eleição americana.

(Fonte: <<http://veja.abril.com.br/mundo/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford/>>, acessado em 18 de novembro de 2016)

### Texto II

#### **Inclusão de 'jabutis' em medidas provisórias vira prática recorrente**

Em 11 das 17 das MPs votadas ou em tramitação no Congresso este ano, o líder do PMDB na Câmara pediu o fim do exame da OAB para o exercício da profissão de advogado

Por Luciana Lima - iG Brasília | 30/05/2013 13:34

A prática de enfiar penduricalhos em medidas provisórias já tem um nome pitoresco no Congresso. São as chamadas “emendas jabutis”, que versam sobre assuntos dos mais variados em matérias que não guardam nexos com o objeto principal das medidas analisadas.

Nesta semana, o fracasso das articulações do Planalto para votar a MP que reduz a tarifa de energia acabou dando origem a uma emenda desse tipo. Sem poder seguir a adiante devido ao vencimento do prazo de tramitação, o texto acabou sendo enxertado em outra medida provisória, sobre a cesta básica.

Um outro exemplo de “jabuti” já se caracteriza como ideia fixa do líder do PMDB na Câmara, deputado Eduardo Cunha (RJ). Neste ano, das 17 medidas provisórias votadas ou em tramitação, 11 receberam emenda do líder com o objetivo de acabar com a obrigatoriedade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da profissão de advogado.

(...).

---

Outra MP, a 609, também recebeu sugestão de modificação do líder Eduardo Cunha no mesmo sentido. Ela trata da redução de PIS e Cofins dos itens da cesta básica. Outra medida para qual foi sugerido o fim da obrigatoriedade do exame da ordem é a 610, que amplia a garantia Safra para atingidos nos desastres ambientais de 2012.

Em todas essas medidas, as modificações sugeridas pelo líder não foram acatadas por seus respectivos relatores. Já na polêmica MP 612, conhecida como MP dos Portos, o relator era o próprio Eduardo Cunha. Entre as modificações propostas por ele ao texto do Planalto, estava o fim da obrigatoriedade do exame. No caso da MP dos Portos, o texto base acabou aprovado na Câmara e, mais uma vez, a emenda jabuti ficou de fora.

(...)

A empreitada de Cunha contra a OAB teve início em agosto de 2011, quando, o Conselho Nacional da OAB se posicionou contrário à indicação do deputado para relatar a reforma no Código de Processo Civil, em carta enviada ao então presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS).

(...)

O hábito de enfiar penduricalhos nas medidas provisórias é comum, embora contrário à Constituição Federal. “Aqui, na Câmara, a gente tem que ficar atento na hora de votar porque aparece de jabuti a tartaruga de Galápagos”, protestou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

Em 2008, a Medida Provisória 449 chegou a ser apelidada de “árvore de natal”, devido ao grande número de penduricalhos contidos na lei. Quando a medida foi aprovada no Senado, contando com seu objeto principal, ela tratava de mais de 40 assuntos distintos.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 59, os instrumentos que podem ser usados para o processo legislativo e nessa lista estão as emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos e resoluções.

Além disso, a lei complementar 59, de 26 de fevereiro de 1998, estabelece em seu artigo 7º que “cada lei tratará de um único objeto” e “não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão”.

No entanto, essa mesma lei é dúbia ao afirmar em seu artigo 18 que “eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento”.

É nesse ponto que os deputados e senadores se apoiam para apresentar emendas sem nexos com o objeto da lei e conseguem aprovar sem alarde e sem uma discussão prévia mais ampliada matérias que atendem seus interesses.

(Fonte: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-05-30/inclusao-de-jabutis-em-medidas-provisorias-vira-pratica-recorrente.html>>, acessado em 18 de novembro de 2016)